

# DICIONÁRIO DE SEGURANÇA

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE e MARINA GISELA VITELLI (ORGS.)

# DEFESA

# Militarismo<sup>1</sup>

*David Pion-Berlin*

O MILITARISMO FOI DEFINIDO COMO “a prevalência de sentimentos ou ideais militares entre as pessoas; a condição política caracterizada pela predominância da classe militar no governo ou na administração” (*Oxford English Dictionary*, p.438). Posteriormente, foi também definido como “a crença ou desejo de um governo ou indivíduo de que um país deveria manter uma forte capacidade militar e estar preparado para usá-la ofensivamente a fim de defender ou promover o interesse nacional” (*Oxford Living Dictionary of English*). Nessas definições estão contidos, em verdade, três conceitos. O primeiro refere-se a um ideal, que é social e que está frequentemente arraigado de modo profundo na cultura política. O segundo refere-se à presença militar no governo ou administração, o que está mais relacionado à influência política dos militares. O terceiro, diz respeito ao uso convencional da força militar como um instrumento de defesa.

O primeiro conceito é talvez o mais familiar. As palavras terminadas em “ismo” referem-se sempre a algum tipo de sistema de crenças, seja religioso, ideológico ou de outro tipo. Militarismo não é, em primeira instância, uma referência à condução de exércitos ou à predominância de oficiais militares no governo ou regime. É uma referência à crença difundida de que as Forças Armadas têm um valor real para a nação. Nesse sentido, o conceito alinha-se à concepção de Alfred Vagts de militarismo como um modo de pensar que prioriza os valores e ações militares em detrimento das civis. Vagts opõe-se à concepção de *military way* como a concentração de “homens e materiais para

lograr objetivos específicos de poder”. O militarismo é muito mais abrangente e profundo do que isso, representando, segundo o autor, “uma vasta gama de costumes, interesses, prestígio, ações e pensamentos associados aos militares e às guerras, transcendendo até mesmo aos autênticos propósitos militares” (Vagts, 1937, p.11).

O militarismo pode assumir a forma de uma sociedade aficionada pelo militar, estando os soldados mobilizados ou não. De fato, Vagts sugere que o militarismo pode florescer de forma mais intensa em tempos de paz, uma vez que tanto os soldados quanto a sociedade aderem aos valores e modos de pensar militares por si mesmos, e não por propósitos de defesa (Vagts, 1937, p.13). Acadêmicos contemporâneos concordam com ele, sugerindo que, por ser tão vinculado ao aspecto cultural, o militarismo não está necessariamente associado a um governo em particular (Ben-Eliezer, 1997; Levy, 2016). Yagil Levy (2016) estabelece a distinção entre controle dos militares e controle da militarização. O primeiro é, em certo sentido, mais simples, referindo-se ao estabelecimento de limites à liberdade de ação dos militares em âmbitos que têm implicações políticas. Por outro lado, o controle da militarização é o controle sobre “os mecanismos de legitimação do uso da força” (idem, p.78). Estes podem escapar ao controle do governo, visto que se referem a uma ideia endossada pela sociedade de forma mais ampla. Se o militarismo está amplamente difundido, um governo pode não ser politicamente capaz de restringir o emprego dos militares tanto no âmbito doméstico quanto na política externa.

É também possível que a sociedade seja militarista mesmo quando os militares estão relutantes em atuar. Eleitores podem estar à frente dos militares em relação ao desejo de ver as Forças Armadas empregadas para realizar tanto objetivos internos quanto externos. Desse modo, é possível que uma política militarista seja guiada pelo sentimento público, mais do que pela preferência do governo ou dos militares. Os cidadãos podem sofrer de uma exuberância irracional em relação aos militares. Excessivamente confiantes sobre a utilidade da guerra como um instrumento político, pressionam os governantes a priorizar o uso da força em situações inadequadas. Essa reação pode ser frequentemente resultado da falta de conhecimento, quando o público compreende mal o modo em que as Forças Armadas se enquadram na complexidade das práticas de política externa.

O militarismo não implica que os militares sejam os principais proponentes. Ser militarista não significa ser militar. Alfred Vagts, nesse sentido, refere-se ao fenômeno do “militarismo civil”, em que civis mobilizam-se de forma mais vigorosa em direção a uma cultura ou política militarista do que os próprios militares. Os militares podem advogar uma solução pacífica em tempos em que o público e os políticos anseiam pela guerra. É comum que generais, que conhecem muito bem os horrores de um campo de batalha, tomem posições mais sóbrias em relação ao engajamento em conflitos armados. Se o militarismo refere-se à condição de ser favorável à guerra, o mesmo não significa que as Forças Armadas sejam inclinadas à guerra (Desch, 2006). Os militares certamente defenderão seu orçamento, padrões profissionais e a necessidade de manter vigilância, porém isto está longe de ser o mesmo que desencadear uma guerra. Certamente pode-se ser favorável à instituição militar sem ser um defensor de soluções militares para os problemas de política externa.

No contexto latino-americano, o militarismo raramente refere-se à prática da guerra. A região é uma das mais pacíficas do mundo, tendo sido muito reduzido o número de conflitos interestatais. Porém, as Forças Armadas permanecem ativas em missões não vinculadas à defesa; nesse sentido, o termo “militarismo” tem sido recorrentemente utilizado de modo confuso por estudiosos da América Latina. A confusão conceitual frequentemente centra-se no fato de o militarismo ser utilizado indiscriminadamente para se referir a todas as expressões tanto do poder militar nacional quanto do estadunidense. É apresentado como representação de uma onipotência e onipresença militar, da tomada ilegal de poder ou chamado para participar do governo, da ocupação de postos políticos, participação em programas sociais, salvaguarda da ordem pública e da condução de operações de combate ao crime ou de repressão a protestos. Refere-se também à presença militar, ajuda financeira e treinamento de soldados na região por parte das Forças Armadas estadunidenses (Williams; Disney, 2015). Com frequência, implícita ou explicitamente, tem-se nessa concepção a ideia de que a presença militar é danosa, até mesmo perigosa, para o governo e/ou sociedade. Essa definição amorfa de militarismo serve somente para obscurecer, não para esclarecer. Se o militarismo refere-se a todas essas questões, então claramente não se refere a nada.

**Militarismo deve ser diferenciado de influência militar.** Ao se referir a influência militar é importante discernir quais tipos são prejudiciais e quais não o são. Devemos nos perguntar: a influência militar é autônoma ou não? Se os militares estiverem presentes, onde quer que seja, estão lá por escolha própria ou estão presentes por designação das autoridades civis legítimas? A diferença nesses dois cenários é significativa. No primeiro, as Forças Armadas são tomadoras de decisão, exercendo influência política excessiva, coerciva e ilegítima. São, nesse sentido, comumente indicados como pretorianas (Nordlinger, 1977). Enquanto atores pretorianos, as Forças Armadas impõem suas visões aos líderes políticos, algumas vezes alijando-os totalmente, através da tomada coercitiva do poder. Aconselhando ou governando diretamente, são os militares que estabelecem a agenda, definem e executam as missões sem a supervisão dos civis.

No segundo cenário, os militares recebem as decisões; eles seguem a vontade de seus supervisores políticos, independentemente de quão restrita ou ampla possa ser a missão atribuída. Podem ser vistos em várias funções, mas não definem, dominam ou manipulam essas tarefas para seus próprios fins corporativos. Esses papéis são atribuídos, a fim de que os militares cumpram os objetivos das políticas de um governo eleito. Estão, em outras palavras, subordinados ao **controle civil**, mesmo se forem repetidamente empregados em projetos cívicos, sociais, econômicos e de segurança de qualquer tipo. O escopo da ação militar pode ser amplo em ambas as situações (pretoriana ou não pretoriana), mas as diferenças são reais. No primeiro, o militar está definindo sua própria esfera de influência; no segundo, está recebendo ordens de um governo legítimo.

Rut Diamint (2015) refere-se a um novo militarismo na América Latina devido às Forças Armadas terem “retornado ao centro da esfera política como aliados dos – e frequentemente substituindo instituições para – governos latino-americanos eleitos” (Diamint, 2015, p.156). Diferentemente do antigo pretorianismo, esses militares não tomam o poder. Pelo contrário, “presidentes desesperados o estão dando a eles” (ibidem). Esse processo, em sua visão, representa uma **ameaça** à consolidação da democracia na região, uma vez que compromete o controle civil, e constitui um prelúdio de formas mais ameaçadoras de domínio militar. A autora está correta quando afirma que às Forças Armadas tem sido atribuído um grande número de tarefas para

mantê-las ocupadas no contexto de uma nova ordem, especialmente no âmbito da segurança pública. Porém, ao não distinguir entre formas de poder autônomas e não autônomas, assume erroneamente que todas as características do que descreve são danosas. Muitos governos democráticos da região, que detêm o controle sobre seus militares, estão autorizando o emprego de suas Forças Armadas para auxiliar a polícia no combate ao crime, distribuir bens, fornecer serviços médicos, assistir vítimas de desastres e atuar em diversas ações cívicas. O emprego, iniciado e concluído pelas autoridades legítimas, é evidência de que os militares estão simplesmente atendendo às vontades dos governos democráticos, e não agindo de forma pretoriana. O fato de os soldados serem designados para essas missões não é evidência de fraqueza na condução civil.

Avaliar se a escolha civil de ordenar esse tipo de mobilização militar é adequada ou não constitui uma questão completamente diversa. Os civis podem, em algumas ocasiões, ter errado ao escolher os militares quando outro órgão, considerando que o mesmo estivesse disponível, teria desempenhado melhor a mesma função. Porém, os líderes civis, como tem sido indicado por especialistas em relações civis-militares, têm o direito de estar errados (Feaver, 2003). Os militares permanecem obrigados a seguir as ordens e a sociedade tem de viver com as consequências dos erros cometidos por políticas estabelecidas pelos governos civis, esperando para registrar seu descontentamento nas urnas.

Há duas razões pelas quais os governantes optam pelo uso dos militares em operações de combate ao crime, nenhuma delas, porém, está relacionada ao militarismo. A primeira consiste na inexistência de alternativas civis viáveis, especialmente em sociedades com forças policiais mal treinadas e corruptas. O segundo motivo é o de que tal escolha possui considerável apoio popular. Em cidades e países em que a insegurança está em seu ponto mais alto, os cidadãos querem – de fato, demandam – que os líderes políticos façam o que for necessário para reduzir o crime e a violência. Para esses governos, a prestação de contas para seu eleitorado significa complementar as forças policiais com unidades do Exército, seja esta uma escolha efetiva ou não. Em 2012, ao fim dos seis anos de mandato do presidente mexicano Calderón, mesmo com sua **guerra às drogas** ainda em andamento e sem perspectiva de fim dos assassinatos e da desordem, pesquisas indicavam que

69% das pessoas inquiridas continuavam defendendo que o emprego das Forças Armadas no combate ao **crime organizado** estava correto (Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, 2013). Da mesma forma, uma maioria até mais ampla deseja o envolvimento militar em atividades de combate ao crime na América Central. Sob essas condições, na ausência de outros órgãos disponíveis para cumprir a tarefa, o governo democrático está respondendo ao problema e ao eleitorado através de um uso pragmático – não uma escolha forçada – das Forças Armadas.

Se a mobilização militar não é autônoma, é ordenada pelo governo civil e politicamente popular, ela não é, por definição, pretoriana. É, porém, um sintoma de militarismo? Não necessariamente. Na América Latina, o público não é particularmente aficionado pelas Forças Armadas. Não há um anseio profundo e culturalmente enraizado pelo fator militar. Os cidadãos certamente não veem a instituição como uma solução para os seus problemas. Pelo contrário, o público é seletivo, aceitando o auxílio militar em algumas questões e em outras não. A ampla maioria dos eleitores, na maior parte dos países, continua rejeitando a ideia de um governo militar autoritário tomar o poder, mesmo estando frustrados com a performance dos governos democráticos.

Nesse sentido, pode ser adequado referir-se a graus de militarismo. Algumas nações são mais militaristas do que outras e, portanto, tem diferentes níveis de tolerância à intervenção militar na vida política e social. Além disso, qualquer sociedade pode mudar ao longo do tempo. Por um lado, as sociedades exibem grandes tendências militaristas durante tempos de crise econômica e agitação social, quando os problemas são muitos e as soluções viáveis são poucas. Em tempos melhores, preferem afastar-se das opções militares. Essa versão do militarismo, portanto, não é nem permanente nem culturalmente enraizada, mas pode ser um reflexo mais acurado de como as sociedades pensam o uso do instrumento militar.

Quando o militarismo encontra-se em altos níveis, pode haver uma convergência com o pretorianismo, sob a condição de que a legitimidade do governo democrático tenha sido completamente dissipada. O público, nesse contexto, perdeu a confiança em seus líderes, não mais acreditando que aqueles que estão no governo têm o direito de governar. A classe política

como um todo é posta sob suspeita, de modo que o público duvida da eficácia de seus líderes e até mesmo das instituições democráticas. Ao mesmo tempo, os cidadãos passam a ter mais confiança nas Forças Armadas, de modo que não veriam com maus olhos um golpe liderado pelos militares. Se a sociedade é altamente militarista e o governo perdeu o apoio, então o militarismo conferiria legitimidade para um golpe. A intervenção militar seria utilizada para adequar a relação entre o governo e sua população. Desse modo, não é surpreendente que muitos **golpes militares**, dentro e fora da América Latina, tenham tido algum grau de apoio popular. Infelizmente, quando no poder, os militares são também propensos a trair a confiança dos cidadãos que ali os colocaram. A ditadura retira do público suas liberdades democráticas, enquanto soldados pretorianos tornam-se agentes da violência e da repressão.

Caso se procure um protótipo de militarismo, este pode ser encontrado em Israel. Lá, a “nação em armas”, onde a perspectiva de guerra sempre se está no horizonte, e o uso dos militares é normalmente visto como legítimo, há um entrelaçamento entre o mundo civil e o militar. Mesmo após a conclusão do serviço militar, a conexão permanece intensa, uma vez que todos os israelenses vão para a reserva e podem ser convocados até seus 45-49 anos. O apoio aos militares e ao emprego das Forças Armadas está, tanto no nível político quanto no social, profundamente enraizado e difuso na sociedade. Desse modo, além de saber se o poder militar é autônomo ou não, devemos também inquirir acerca da relação dele com o público. É uma relação de proximidade? Se a resposta for sim, faz menos sentido falar em repressão militar ou pretorianismo, uma vez que há uma correspondência muito estreita entre o fardado e a sociedade da qual ele vem. Por que as Forças Armadas submeteriam sua própria população à violência e ao terror ou derrubariam o governo? De fato, há provavelmente uma relação inversa entre militarismo e pretorianismo. Em um país intensamente militarizado, há uma proximidade tão grande entre Forças Armadas, sociedade e governo, que um golpe ou ameaça de golpe torna-se supérfluo (Ben-Eliezer, 1997).

Contudo, não se pode acreditar que o militarismo sem pretorianismo consiste em uma combinação favorável aos processos democráticos. As Forças de Defesa de Israel (IDF, em inglês) são não pretorianas precisamente por ter adquirido amplo acesso aos centros de poder estatal. As IDF exercem

excessiva influência sobre o processo decisório e sobre os tomadores de decisão no âmbito da segurança, dispensando a necessidade de ações pretorianas (Freilich, 2012). Não ameaçam os tomadores de decisão porque estão presentes na mesa de decisões. Isto ocorre com o consentimento de uma sociedade militarizada que confia muito mais no julgamento dos militares do que dos políticos – o que é prejudicial às práticas democráticas de tomada de decisão. As IDF são subordinadas ao ministro da Defesa, dominam totalmente as reuniões de gabinete e se sobrepõem aos civis mal informados que estão presentes, estabelecendo a agenda, apresentando opiniões e moldando as resoluções. Isto ocorre porque, na opinião de alguns, as IDF são a única entidade profissional competente, bem informada e preparada no âmbito da segurança nacional (Freilich, 2012). Democracias necessitam de forte liderança civil no **Ministério da Defesa**, juntamente com especialistas civis competentes no campo da segurança nacional para formular políticas coerentes com os princípios e aspirações democráticas. O que se faz ausente em Israel.

Preocupações similares têm sido expressas nos últimos anos, por um grande número de acadêmicos, em relação à ampliação da influência militar sobre a política externa estadunidense, em particular na fase de implementação. Tarefas que deveriam ser responsabilidade do Departamento de Estado e de agências civis relacionadas são, pelo contrário, executadas pelo Pentágono (Bacevich, 2005; Downes, 2010; Adams; Murray, 2014; Brooks, 2016). Os militares assumiram um amplo espectro de obrigações não vinculadas à guerra e tarefas que tradicionalmente não fazem parte do arcabouço militar. Como Gordon Adams e Shoon Murray (2014, p.11) indicam, estas incluem “desenvolvimento de instituições governamentais representativas, garantir a segurança, desenvolver estruturas locais de governança, promover atividades econômicas de baixo para cima, reconstrução de infraestrutura e construção de capacidades autóctones para tais tarefas”. Esse processo é mais o resultado do preenchimento de um vácuo deixado por agências que têm sido extremamente subfinanciadas e mal equipadas nas últimas décadas do que consequência de ingerência militar. O orçamento de defesa estadunidense é doze vezes maior do que o de todas as instituições civis de política externa juntas, o Departamento de Defesa conta com cem vezes mais funcionários do que o Departamento de Estado e a

Usaid somados (Adams; Murray, 2014). O lado civil das instituições de política externa carece de pessoal, recursos e capacidades de planejamento estratégico para executar a ampla variedade de tarefas requeridas, em decorrência da imersão dos Estados Unidos em esforços de estabilização pós-conflito e de reconstrução nacional.

À medida que o governo torna-se cada vez mais dependente das Forças Armadas para executar sua política exterior, há o aumento da tendência a visualizar os problemas a partir de uma perspectiva militar também no estágio de formulação de políticas, enquadrando os problemas de forma a favorecer a solução militar. Desse modo, a influência militar tem aos poucos ganhado espaço no sistema de política externa, ainda que sem representar uma ameaça ao controle civil.

Isto é uma manifestação de militarismo? Talvez. Há, por um lado, quem afirma que os estadunidenses têm sido seduzidos pelos militares e pelo poder militar, por outro, existem aqueles que defendem fortemente seu emprego. “Os americanos”, escreve Andrew Bacevich (2005, p.2), “foram vítimas do militarismo, que se manifesta em uma visão romantizada dos soldados, uma tendência a ver o poder militar como a verdadeira medida da grandeza nacional e em expectativas exageradas acerca da eficácia do uso da força”. Essa visão, profundamente arraigada na cultura estadunidense, surgiu de ideólogos, intelectuais, políticos e oficiais que exaltaram os valores militares e o poder após a Guerra do Vietnã. Como resultado, Bacevich (2005) argumenta que os estadunidenses não são apenas aficionados pelos militares, mas ansiosos por colocar os objetivos da política externa do país em suas mãos.

O autor, porém, pode estar generalizando em um grau indevido. Nem todos os estadunidenses são, na mesma medida, entusiasmados com a instituição militar. Há uma forte pressão isolacionista na opinião pública que prefere que os militares não sejam empregados no exterior. Inúmeros outros permanecem céticos em relação à aplicação da força para alcançar os objetivos de política externa. O militarismo é talvez mais intenso entre aqueles que constituem o círculo de influência doméstico do Pentágono. São os milhões de reservistas e veteranos, assim como civis que trabalham nas instalações militares e em empresas de munição, juntamente com suas

famílias e comunidades. Em contrapartida, as instituições civis de política externa têm um eleitorado minúsculo, em sua maior parte concentrado nas capitais. Com uma vantagem eleitoral comparativa, o Pentágono pode apoiar-se em uma rede de civis e veteranos mobilizados para pressionar o Congresso por mais recursos militares, enquanto o Departamento de Estado e o Usaid não possuem um financiamento adequado. Na medida em que as soluções militares são valorizadas e que o orçamento militar é expandido, como resultado da pressão do eleitorado, o militarismo – pelo menos do modo como é expresso por um segmento da população – indubitavelmente tem um papel na promoção do emprego das Forças Armadas na condução da política exterior estadunidense.

Por fim, devemos ser cuidadosos e não recorrer ao termo “militarismo” para nos referir a todas as formas de influência militar. Esta, claramente, não é a finalidade do conceito. Uma sociedade pode ter grande consideração pelas Forças Armadas e ainda assim rejeitar guerra e golpes como uma opção aceitável. De fato, as próprias Forças Armadas podem muito bem rejeitar guerras e golpes, mesmo em países que apresentam características militaristas. O militarismo não é pretorianismo militar, e devem-se manter as duas ideias separadas. Os países não são nem totalmente militaristas, nem completamente não militaristas. Pelo contrário, eles variam em grau, variam ao longo do tempo e até mesmo dentro de uma nação há setores que são mais militaristas do que outros. O militarismo pode ser uma crença, mas não é necessariamente compartilhada por todos, ou eternamente aceita.

## Referências bibliográficas

- ADAMS, G.; MURRAY, S. *Mission Creep: The Militarization of US Foreign Policy*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2014.
- BACEVICH, A. *The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BEN-ELIEZER, U. Rethinking the Civil-Military Relations Paradigm: The Inverse Relation between Militarism and Praetorianism through the Example of Israel. *Comparative Political Studies*, v.30, n.3, p.356-74, 1997.

- BROOKS, R. *How Everything Became War and the Military Became Everything: Tales from the Pentagon*. New York: Simon & Schuster, 2016.
- CENTRO DE ESTUDIOS SOCIALES Y DE OPINION PUBLICA. *Fuerzas armadas e instituciones de seguridad en la opinión pública*, Mexico: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, 2013.
- DESCH, M. Civil-Militarism: The Civilian Origins of the New American Militarism. *Orbis*, p.573-83, verão 2006.
- DIAMINT, R. A New Militarism in Latin America. *Journal of Democracy*, v.26, n.4, p.155-68, out. 2015.
- DOWNES, C. Unintentional Militarism: Over-Reliance on Military Methods and Mindsets in US National Security and its Consequences. *Defense and Security Analysis*, v.26, n.4, p.371-85, dez. 2010.
- FEAVER, P. *Armed Servants: Agency, Oversight, and Civil-Military Relations*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.
- FREILICH, C. D. *Zion's Dilemmas: How Israel Makes National Security Policy*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2012.
- HOROWITZ, I. L. Militarism and Civil-Military Relationships in Latin America: Implications for the Third World. *Research in Political Sociology*, v.1, p.79-99, 1985.
- LEVY, Y. What Is Controlled by Civilian Control of the Military? Control of the Military vs. Control of Militarization. *Armed Forces & Society*, v.42, n.1, p.75-98, jan. 2016.
- MANN, M. The Roots and Contradictions of Modern Militarism. *New Left Review*, v.I, n.162, p.35-50, mar.-abr. 1987.
- NORDLINGER, E. *Soldiers in Politics: Military Coups and Government*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.
- OXFORD ENGLISH DICTIONARY. v.6. p.438.
- OXFORD LIVING DICTIONARY OF ENGLISH. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/militarism>.
- VAGTS, A. *A History of Militarism: Romance and Realities of a Profession*. New York: W. W. Norton & Co., 1937.
- WILLIAMS, G.; DISNEY, J. Militarism and its Discontents: Neoliberalism, Repression and Resistance in Twenty-First Century US-Latin American Relations. *Social Justice*, v.41, n.3, p.1-28, 2015.

---

**1** Tradução de David Succi Junior.